

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.576.569 - RS (2019/0257462-3)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : **MARCUS VINÍCIUS CASTILHOS FEIL**
ADVOGADOS : **GILBERTO DA SILVA SILVEIRA - RS049412**
 : **CRISTINA DOS CASAES CLARO - RS101872**
AGRAVADO : **BANCO SANTANDER BRASIL S/A**
ADVOGADOS : **ARMANDO MICELI FILHO - RJ048237**
 : **ANTONIO GERSON DE CRISTO SERVAT - RS101650**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **MARCUS VINÍCIUS CASTILHOS FEIL** contra decisão de inadmissibilidade do recurso especial apresentado, com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, em desafio a acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DESCONTO INDEVIDO DE TARIFAS DE MANUTENÇÃO NA CONTA BANCÁRIA. REVELIA. DANO MORAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MAJORAÇÃO. POSSIBILIDADE.

I - Para o arbitramento do valor da reparação dos danos morais o julgador deve atentar para a capacidade econômica, social e cultural das partes, extensão do dano, caráter compensatório ao ofendido e sancionador e educativo ao ofensor. No caso, o quantum fixado comporta elevação para se adequar aos parâmetros adotados pela Câmara em situações semelhantes.

II - Os honorários advocatícios devem ser fixados em percentual sobre o valor da condenação, de forma a remunerar dignamente o trabalho profissional, considerando os parâmetros estabelecidos pelo § 2º do art. 85 do CPC.

APELO PROVIDO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 135-141).

Em suas razões de recurso especial, a parte recorrente alegou violação do art. 6º, VI, do CDC, defendendo a majoração do montante indenizatório arbitrado em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de reparação por danos morais. Assevera a violação à Súmula 54/STJ, ao argumento de os juros moratórios serem devidos desde o evento danoso, por ser o caso de responsabilidade extracontratual.

Contrarrazões apresentadas às fls. 180-184 (e-STJ).

É o relatório. Decido.

O recurso especial não prospera.

Com efeito, é inviável o conhecimento da pretensão recursal de revisão da indenização arbitrada pelo Tribunal de origem em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a fim de reparar danos morais decorrentes do desconto indevido de R\$ 389,19 (trezentos e oitenta e nove reais e dezenove centavos) de conta bancária (e-STJ, fls. 124-125). Isso porque o montante fixado não é irrisório nem exorbitante, únicas hipóteses de verificação da razoabilidade que autorizam, nesta instância, o afastamento da incidência da Súmula 7/STJ para reexame dos fatos que orientaram o estabelecimento do *quantum* indenizatório.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 1.042 DO CPC/15) - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TÍTULOS C/C PEDIDO CONDENATÓRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA REQUERIDA.

1. Incide o óbice recursal da Súmula n. 282 do STF na hipótese em que o dispositivo legal apontado como violado - artigo 188, I, do CC/02 - não teve o competente juízo de valor aferido, nem interpretada ou a sua aplicabilidade afastada ao caso concreto pelo Tribunal de origem.

2. Incidência do óbice da súmula 7/STJ no tocante à tese de afastamento da responsabilidade civil. Tribunal local que, com amparo nos elementos de convicção dos autos, entendeu estar provado o fato constitutivo do direito do autor, decidindo pela presença dos requisitos ensejadores da obrigação de indenizar. Impossibilidade de reexame de fatos e provas.

3. Esta Corte firmou o entendimento de que, nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes, o dano moral configura-se in re ipsa, ou seja, prescinde de prova. Precedentes.

4. A indenização por danos morais, fixada em quantum sintonizado ao princípio da razoabilidade, não enseja a possibilidade de interposição do recurso especial, dada a necessidade de exame de elementos de ordem fática, cabendo sua revisão apenas em casos de manifesta excessividade ou irrisoriedade do valor arbitrado o que não é o caso dos autos. Incidência da Súmula n. 7/STJ.

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1077698/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 15/03/2018, DJe 26/03/2018)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO INDENIZATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA RÉ.

1. Incidência do óbice da súmula 7/STJ no tocante à tese de afastamento da responsabilidade civil. Tribunal local que, com amparo nos elementos de convicção dos autos, entendeu estar provado o fato constitutivo do direito do autor, decidindo pela presença dos requisitos ensejadores da obrigação de indenizar. Impossibilidade de reexame de fatos e provas.

2. Esta Corte firmou o entendimento de que, nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes, o dano moral configura-se *in re ipsa*, ou seja, prescinde de prova. Precedentes.

3. **A indenização por danos morais, fixada em quantum sintonizado ao princípio da razoabilidade, não enseja a possibilidade de interposição do recurso especial, dada a necessidade de exame de elementos de ordem fática, cabendo sua revisão apenas em casos de manifesta excessividade ou irrisoriedade do valor arbitrado o que não é o caso dos autos. Incidência da Súmula n. 7/STJ.**

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 521.894/RS, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**, **QUARTA TURMA**, julgado em 19/09/2017, DJe 28/09/2017)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL. PEDIDO DE REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. REVISÃO QUE SE ADMITE TÃO SOMENTE NOS CASOS EM QUE O VALOR SE APRESENTAR IRRISÓRIO OU EXORBITANTE. PRECEDENTES. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. O entendimento deste Sodalício é pacífico no sentido de que o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias a título de indenização por danos morais pode ser revisto tão somente nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade, o que não se evidencia no caso em tela. Isso, porque o valor da indenização por danos morais, arbitrado em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), nem é exorbitante nem desproporcional às peculiaridades do caso concreto, em que o dano moral decorreu da inscrição indevida do nome da parte ora agravada em cadastro de inadimplentes.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 681.942/SC, Rel. **Ministro RAUL ARAÚJO**, **QUARTA TURMA**, julgado em 20/08/2015, DJe 15/09/2015)

Superior Tribunal de Justiça

Além disso, esta Corte possui entendimento sedimentado no sentido de ser incabível a revisão do montante indenizatório estabelecido a título de danos morais com fundamento em dissídio jurisprudencial, pois, ainda que haja grande semelhança nas características externas e objetivas, haverá distinção no aspecto subjetivo dos julgados confrontados (v.g. AgRg no AREsp 816.086/PR, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, julgado em 17/3/2016, DJe 29/3/2016; e AgRg no AREsp 231.854/SP, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 8/11/2016, DJe 16/11/2016).

Por fim, também é inviável o conhecimento da alegação de incidência de juros desde o evento danoso, deduzida com base na violação à Súmula 54/STJ, pelo fato de súmula não se enquadrar no conceito de lei federal, nos termos da Súmula 518/STJ.

Diante do exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO, Relator